**Execução da obrigação alimentícia.** Em divórcio **direto consensual** **houve acordo** sobre pensão alimentícia. Cônjuge **varão não cumpre** a obrigação.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ....

....................................................., nascida aos .... e ...., nascida aos .... (Certidões de nascimento anexas), menores impúberes, neste ato representadas por sua mãe ...................., (qualificação), portadora da Cédula de Identidade/RG nº ...., residente e domiciliada na Rua .... nº ...., por sua advogada e procuradora infra-assinada (mandato incluso), com escritório profissional na Rua ...., nº...., na Cidade de ...., vem, respeitosamente, perante V. Exa., requerer

# EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

contra .........................................., (qualificação), portador da Cédula de Identidade/RG nº ...., residente e domiciliado na Rua .... nº ...., na Cidade de ...., com fulcro no art. 732 e seguintes do CPC, como passa a deduzir:

1. As Requerentes são credoras do Requerido de pensão alimentícia, conforme sentença de Divórcio Consensual, transitada em julgado em .... (docs. anexos).

2. Conforme se vê da sentença homologatória, a pensão alimentícia no importe de 01 (um) salário mínimo vigente, deveria ser paga mensalmente aos Requerentes, estando portanto, vencidas desde .... até a presente data.

Ao exposto, requerem a V. Exa.:

a) citação do Requerido em seu endereço residencial, para que informe seus ganhos;

b) após recebida a informação desejada, sejam os autos remetidos ao contador;

c) expedição de mandado de citação ao Requerido em seu endereço sito na Rua .... nº ...., para que em 03 (três) dias, na forma do art. 733 do CPC e seguintes, pague os valores referentes aos meses .... que encontram-se em atraso, ou então justifique a mora;

d) não ocorrendo o pagamento dos valores em atraso, nem a justificativa da impossibilidade de fazê-lo, requer-se desde já a decretação da prisão do Requerido, aplicando-se ao que dispõe o parágrafo 1º do art. 733 do CPC.

e) requer a sucumbência do Requerido, na forma da lei, acrescendo-se ao principal, custas processuais, honorários de advogado, juros e correção monetária, acumulando-se ao pedido (prestação de trato sucessivo) as obrigações que se vencerem o curso da ação.

Requer finalmente, os benefícios da Assistência Judiciária, com a nomeação da subscritora.

Dá-se à causa o valor de R$ ....

Termos em que,

Pede deferimento.

...., .... de .... de ....

..................

Advogada AOB/...